

A (RE) VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO CONTEXTO DE (RE) DEFINIÇÃO DE UM PROJETO GEOPOLÍTICO NACIONAL: *UM FOCO SOBRE O CONFRONTO DE TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA*

*Cesar Ajara**

A ABORDAGEM GEOGRÁFICA NO TRATO DA QUESTÃO AMBIENTAL/REGIONAL

Sintetizando as vertentes da problemática associada ao estilo contemporâneo de desenvolvimento, a questão ambiental, colocada, neste final de século, no centro do debate mundial, remete a desafios que implicam tanto a compreensão da dinâmica mais ampla na qual se inscreve, quanto a consideração das condições concretas para sua superação.

Nesse sentido, a reflexão acerca da questão ambiental funda-se, antes de tudo, no reconhecimento de que os processos sociais que operam a dinâmica de apropriação/reapropriação da natureza pela sociedade têm como referente básico a condição de globalização que assumem tais processos, envolvendo espaços em diferentes graus de evolução das forças produtivas responsáveis por níveis diferenciados de degradação ambiental. Sublinha-se, dessa forma, a importância da compreensão da problemática ambiental a partir da abordagem de processos e formas de organização do espaço geográfico e, em decorrência, ressalta-se a valori-

* Geógrafo; Chefe do departamento de Geografia (DEGEO) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

zação do saber geográfico enquanto via de entendimento de problemáticas ambientais emergentes de estruturas sócioespaciais.

Com efeito, o reconhecimento quanto à aproximação da noção de meio ambiente do próprio conceito de espaço geográfico possibilita articular a questão ambiental com o dinamismo próprio ao movimento de estruturação/reestruturação do espaço e coloca, para a abordagem geográfica, o desafio de entender o espaço geográfico enquanto expressão dos conflitos inerentes às assimetrias que emergem das relações sociedade/natureza.

Esta proposta de abordagem circunscreve-se ao recorte espacial correspondente à Amazônia Legal que expressa, através de sua natureza transformada, os movimentos da evolução recente da divisão internacional e inter-regional do trabalho associados às mudanças estruturais na economia mundial e à reconstrução do paradigma tecnológico. A acelerada reestruturação espacial registrada na Amazônia, nas últimas décadas, ao refletir as profundas transformações econômicas do País, redefiniu o quadro de agravamento da crise social, trazendo à discussão as consequências da mudança tecnológica e do avanço da ocupação. E, mais do que isso, ao definir a questão ambiental como o traço contemporâneo da problemática regional, despertou a consciência crítica com relação ao modelo de ocupação em curso e colocou a gestão do território da Amazônia como o roteiro-chave de superação da questão ambiental hoje posta.

Tanto a dimensão da Amazônia Legal, correspondente a cerca de 60% do território nacional, quanto o ritmo do processo de ocupação registrado nas três últimas décadas e suas características de desconsideração das especificidades dos ecossistemas envolvidos e de comprometimento das formas tradicionais de sobrevivência da população regional conferem um sentido especial a uma abordagem que privilegie o entendimento do espaço geográfico a partir da compreensão global das iniquidades e conflitos inerentes à sua organização.

O CONFRONTO DE TERRITORIALIDADES EMERGENTE DA REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Abrigando diferenciações intra-regionais significativas quanto aos aspectos ligados ao meio físico-biótico, a Amazônia, no movimento recente de sua desordenada ocupação, abarcou formas extremamente diversificadas de organização espacial que incluem a pequena produção espontaneamente estabelecida, a colonização dirigida oficial e privada, os grandes empreendimentos individuais ou de grupos econômicos nacionais e estrangeiros ou de empresas estatais. Os grandes eixos rodoviários de articulação regional e inter-regional, a grande escala de exploração mineral, agropecuária, madeireira e a construção de grandes barragens é que emprestam, contudo, maior nitidez a um quadro de organização espacial no qual as formas modernas de ocupação, os conflitos pela apropriação da terra por parte de diferentes agentes sociais e o impacto nos ecossistemas envolvidos têm como síntese a configuração de uma ampla questão ambiental prioritária na discussão técnica e no plano político.

A compreensão da complexidade crescente de que se vêm revestindo as formas modernas de organização/reorganização espacial que inclui a redefinição constante da regulação das relações sociedade/natureza implica o resgate das características do processo recente de constituição de um vasto espaço de fronteira cuja dinâmica e instabilidade constituem-se nas marcas fundamentais de seus segmentos não consolidados.

No decorrer da década de 60, quando o planejamento fica claramente definido enquanto instrumento de política econômica, o Estado assume o papel de condutor do processo de desenvolvimento nacional, investindo em infra-estrutura e atuando na área da produção, em atividades básicas ligadas ao crescimento econômico. Dando suporte às ações de governo, os componentes ideológicos da segurança e da inte-

gração nacional apoiaram-se na concepção do *vazio amazônico* para definir as estratégias de atuação com vistas à incorporação da grande extensão da fronteira de recursos no amplo movimento de internacionalização da economia nacional, de revisão dos papéis dos diferentes segmentos espaciais na divisão inter-regional do trabalho e, enfim, da reconfiguração espacial do País.

Assim, num contexto de centralização do planejamento, nos anos 60 e 70, a Amazônia foi alvo de decisões de Estado indutoras de grandes transformações regionais, entre as quais estão a construção e/ou consolidação de grandes eixos viários, a formulação de programas e projetos de estímulo à sua ocupação e a concessão de incentivos fiscais e creditícios para a implantação das formas modernas de produção.

A evolução recente da ocupação do espaço amazônico, como parte de uma dinâmica ampla referenciada ao domínio do capital industrial e financeiro, teve como efeito direto a incorporação acentuada de novas áreas à fronteira de recursos, compreendendo, na sua vertente agrária, tanto a expansão da grande agricultura moderna em terras recém-integradas à produção quanto a implantação da colonização oficial e privada apoiada na mobilidade de expressivos contingentes de pequenos e médios produtores ocorrida, em particular, a partir das áreas de agricultura modernizada do Sul do País em direção aos espaços de fronteira.

Intensa ativação do mercado de terras e acentuada disputa pelo espaço foram, sem dúvida, geradas a partir da situação conflitiva criada pela escala de operação da agricultura moderna e dos grandes empreendimentos mineradores e madeireiros sobre o quadro de uma organização socioespacial preexistente. Os atores vinculados à estrutura precedente — população indígena, seringueiros, caboclos ligados à pequena produção agrícola — tiveram comprometidas as suas formas tradicionais de sobrevivência a partir da chegada dos novos atores, em busca da reprodução das forças sociais e dos interesses econômicos do Brasil mais desenvolvido.

O projeto modernizador da economia brasileira, amplamente patrocinado pelo

Estado, ao abarcar, em ritmo intenso, os segmentos espaciais da fronteira apropriados por agentes diretamente beneficiados pelos diversificados incentivos proporcionados, provocou, também, a aceleração de frentes espontâneas de ocupação provenientes, em particular, do Maranhão e de Goiás, configurando um novo padrão de organização espacial altamente complexo e diferenciado. Esse processo de formação da fronteira, com conteúdos particulares a essa nova dinâmica imposta indistintamente aos diferentes ecossistemas, gerou situações sem precedentes em termos de comprometimento ambiental, aqui incluída a questão da terra e da territorialidade. Os diferentes níveis de comprometimento ambiental refletem a relação conflitiva das convergências e divergências entre sustentabilidade do meio físico-biótico e os processos sociais que operam a incorporação/reincorporação territorial.

Com efeito, a complexidade crescente de que se vem revestindo, em diferentes escalas, o processo de estruturação/reestruturação espacial implica numa compreensão articulada das novas formas de apropriação territorial que são, ao mesmo tempo, novos caminhos de definição de territorialidades guiadas pelos valores que, contemporaneamente, determinam as práticas de poder no território.

Nesse sentido, no padrão recente de ocupação da Amazônia, tanto a dimensão quanto o ritmo de expansão da grande exploração colocam a exigência de um entendimento mais aprofundado acerca dos grandes projetos que se expressam na constituição de territorialidades sob controle da grande empresa. Transcendendo a noção de espaço físico, a territorialidade, nas extensas áreas sob controle empresarial, tem o sentido do efetivo exercício de relações de poder no território, desvinculadas das ações dos governos locais e referendadas pelas políticas públicas de âmbito federal.

Portadora de grande capacidade de organização e controle do território, a vertente empresarial das formas contemporâneas de estruturação espacial constitui elemento fundamental a ser focalizado para entender não só as intervenções programadas que efetua no território e que lhe assegura condição singular, como, também, os decorrentes embates que trava com for-

ças sociais configuradoras de outras territorialidades, em grande parte associadas à estruturação espacial préexistente à expansão das modernas formas de organização da produção. As modernas formas de estruturação espacial na Amazônia colocaram esta região num novo patamar tecnológico, o que pode ser identificado com sua inserção numa ampla dinâmica de âmbito nacional e transnacional e com a constituição de territorialidades específicas associadas aos grandes empreendimentos individuais ou de grupos econômicos ou a empresas estatais que envolvem diferentes segmentos do setor produtivo.

Inscrita nesse processo de institucionalização de novas territorialidades está a industrialização da Amazônia entendida como parte da redefinição espacial da produção do setor industrial na economia global e como decorrência da reconfiguração espacial da divisão inter-regional do trabalho no País. Essas forças modernas associadas à globalização do espaço respondem pela reorientação da trajetória da economia regional voltada, até então, à produção de matérias-primas para o mercado internacional.

Essa via de compreensão da realidade recente da Amazônia evidencia que, uma vez inserida nesse movimento mais geral que a fez sediar processos industriais altamente poluidores ligados à produção do alumínio e da celulose, as subseqüentes redefinições de ordem tecno-econômica passarão necessariamente pela reorientação que tal movimento vier a assumir. Nesse sentido, numa divisão internacional/inter-regional do trabalho, a Amazônia tenderá a se tornar consumidora de tecnologias despoluidoras, no contexto de um novo ciclo de acumulação que tem como referente a própria natureza.

Nessa perspectiva é que se apóia a reelaboração da concepção de valor atribuída, agora, à própria natureza implicando a revalorização do ambiente e a reconceitualização do território. Com efeito, os avanços nos campos econômico e tecnológico alteraram a dimensão de valor dos recursos naturais convencionais e desvendam a natureza enquanto laboratório para a descoberta de novos materiais e de novas fontes energéticas. A extraordinária biodiversidade de que é portadora a região Amazônica, ao colocar o Brasil no centro da atenção

mundial, confere-lhe uma vantagem comparativa que tem a ver com a valorização contemporânea da questão ambiental, na qual ressalta a dimensão econômico-financeira atrelada aos potenciais novos espaços de acumulação, hoje visualizados como um elemento a mais no campo da dinâmica das territorialidades, influenciando diretamente na estratégia da grande empresa.

Do processo de construção de novas territorialidades associadas às formas recentes de estruturação espacial pela grande empresa ligada ao setor produtivo, faz parte, na dimensão agrária, a colonização efetuada pelas cooperativas multifuncionais. A versão contemporânea da cooperativa, ao incorporar estratégias espaciais de desdobramento, nas áreas de fronteira, das empresas cooperativistas sediadas nas áreas de agricultura moderna do País, conduziu a transformação do Estado de Mato Grosso no espaço da colonização particular, resultando numa intensa fragmentação municipal nas duas últimas décadas.

Nesse processo de colonização, as cooperativas, algumas vezes associadas ao Estado para as atividades específicas de assentamento e regularização fundiária, implantaram a infra-estrutura necessária e núcleos com funções urbanas essenciais à viabilização da produção e à consolidação dos modernos esquemas produtivos conduzidos por produtores originários, em especial, do sul do País. O grau de controle exercido pelas empresas colonizadoras sobre a terra, a produção e a circulação, ao lado da mediação que exercem entre as formas modernas da agricultura na fronteira e os setores hegemônicos da vida econômica nacional e, ainda, do poder político que localmente desenvolvem e acabam por configurar uma territorialidade específica a essas áreas de colonização cuja dinâmica está claramente associada à capacidade de redefinição do modelo cooperativista.

A constituição de novas territorialidades, associadas às diferentes origens e manifestações da implantação da grande empresa na reestruturação espacial da Amazônia Legal, encerra um grande potencial de confronto com as territorialidades ligadas à precedente organização do espaço regional. Com efeito, a concretização dos confrontos expressos na atuação contestatória das forças sociais repre-

sentadas pelos índios, garimpeiros, seringueiros e pequenos produtores agrícolas passou a assumir grande relevo, expressando um quadro conflitivo que resume a própria questão ambiental contemporânea.

Na medida que os grandes projetos econômicos, aqui incluídos os de Estado, têm sido implantados desconsiderando as formas preexistentes de ocupação do espaço, emergem necessariamente confrontos dos quais a questão indígena é expressão legítima por ter, na terra, seu ponto focal, não só por proporcionar meios e objetos de trabalho, mas, em particular, pelas implicações culturais que encerra. Ignorando esses aspectos tem-se tomado como pressuposto que o reassentamento da população local é caminho para a viabilização de grandes obras e, em decorrência, chegasse a registrar, com relação a uma mesma nação indígena, repetidas ocorrências de comprometimento de sua sobrevivência. Este é o caso ocorrido com a nação Pankarã, originalmente localizada entre as bacias dos rios Tocantins e Bacajá, atingida, sucessivamente, pela abertura da rodovia Transamazônica, em 1971, pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, em 1976, e pelo projeto Ferro-Carajás, no início da década de 80.

A mobilização da população local frente ao comprometimento de suas territorialidades, embora gere alguns resultados práticos, não recompõe, por inteiro, as perdas decorrentes das formas modernas de reestruturação espacial. Essa mobilização local, no entanto, ganhou força a partir dos nexos diretos que estabelecem com instâncias transnacionais representadas pelas organizações não-governamentais que, ao moldarem uma nova ideologia ambiental expressa na categoria povos da floresta, efetuam a fusão dos diferentes segmentos locais de interesse, conferindo maior poder reivindicatório às manifestações das forças sociais locais no embate travado com os agentes da grande escala de exploração ou de implantação de elementos fixos no espaço regional.

O URBANO COMO SÍNTESE DOS FRACASSOS E CONTRADIÇÕES DA INCORPORAÇÃO TERRITORIAL NA FRONTEIRA

O processo de estruturação/reestruturação espacial que vem sendo focalizado tem como um de seus componentes a urbanização entendida como dinâmica, cujas manifestações no espaço ligam-se à operação de processos sociais articulados à realização da produção. Na face moderna da ocupação espacial, com a incorporação de extensas áreas à fronteira de recursos, o urbano tem se constituído no ponto de apoio à realização da produção, com particular papel nos mecanismos de circulação da mão-de-obra essencial às atividades produtivas do setor agropecuário, da extração mineral e das grandes obras de infraestrutura.

Com o fechamento precoce da fronteira agrícola, a partir da expansão privilegiada de formas de apropriação às quais se associam atividades pouco absorvedoras de mão-de-obra como a pecuária, a agricultura modernizada e os grandes projetos de exploração mineral e com inserção crescente do urbano numa dinâmica mais abrangente das relações território/sociedade, a urbanização acelerada da fronteira foi o resultado direto desse processo, expresso não só pela concentração populacional nas cidades, mas como movimento que integra os processos sociais e a organização produtiva.

Dessa forma, o estilo contemporâneo de incorporação de novos espaços à produção, à circulação e ao consumo imprimiu às regiões de fronteira importantes características demográficas, tais como elevados crescimentos relativos da população urbana, redução do contingente de população rural e preponderância da população urbana sobre a rural. O moderno padrão econômico e a nova dinâmica de relações entre setores da economia e os espaços da cidade e do agro respondem tanto pelo crescimento das capitais e centros regio-

nais quanto pelo surgimento de novos núcleos urbanos.

Chama a atenção, no entanto, no contexto do processo recente de urbanização, a questão do urbano enquanto expressão de contrastes sociais, a partir do momento em que a cidade passa a ser um pólo de pobreza, no qual amplos segmentos da população não têm acesso, quer a emprego, quer a bens e serviços essenciais. O grande número de pobres urbanos, excluídos do emprego formal, enseja, em particular nas cidades de maior porte, a existência de formas econômicas que integram o setor informal de emprego.

Do ponto de vista da estrutura física das cidades, avulta a segregação sócio-espacial, englobando a periferação da população, a favelização, a moradia irregular e a desigual distribuição geográfica dos serviços de consumo coletivo. Essas características manifestam-se, de forma mais grave, nas cidades de maior porte, sendo Manaus exemplo expressivo do quadro de carências de habitação e de equipamentos de tratamento de água e esgotamento sanitário, configurando condições precárias de existência e situações de degradação ambiental, materializadas, por exemplo, na transformação de igarapés em valas negras.

O contexto urbano, enquanto expressão de contrastes sociais e de conflito latente, acaba por configurar uma questão urbana que constitui a expressão da questão ambiental contemporânea, uma vez que a cidade pode ser tomada como ponto final dos fracassos e das contradições da ocupação desordenada da Amazônia nas últimas três décadas. O grande segmento de excluídos da condição plena de cidadania é uma das variáveis da urbanização deste final de século e pode conferir um movimento próprio a uma situação de confronto de territorialidades de matriz urbana que integra a ruptura dos padrões étnico-culturais e as manifestações de degradação e violência associadas à selva urbana, geradoras de uma instabilidade social constante.

DESAFIOS À FORMULAÇÃO DE NOVAS FORMAS DE GESTÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA LEGAL

As características gerais do processo de reestruturação espacial da Amazônia Legal trazem à evidência que as formas pelas quais o espaço vem sendo apropriado são portadoras de identidades de base territorial que rediferenciam internamente o nível regional amazônico, conferindo grande complexidade ao contexto de construção da realidade social contemporânea.

Entendida a questão ambiental como inerentemente articulada ao movimento de reorganização espacial, ela passa, em decorrência, a ser apreendida enquanto confronto de territorialidades, o que se constitui, sem dúvida, em importante desafio, tanto para o processo de investigação a partir das manifestações materiais e do nível de representação dos atores que integram a nova ordem territorial, quanto para a diretriz de ação reordenadora da ocupação regional.

Nesse sentido, a malha representada pelas territorialidades engendradas a partir das forças sócio-políticas em jogo, associadamente à dinâmica da revalorização ambiental, constitui-se, hoje, na área nuclear da problemática regional e, ao mesmo tempo, na rota de orientação para eventuais ações de intervenção, muito mais do que as vias convencionais de corte generalizante ou fragmentário, tendo como referente ora a malha político-administrativa, ora o meio físico-biótico.

A revalorização ambiental regional, vista sob a dimensão do potencial da biodiversidade amazônica e sob a ótica dos novos espaços de acumulação a serem constituídos, representa um elemento orientador das estratégias de territorialidade da grande empresa, voltadas para a construção de reservas territoriais vinculadas a um novo conceito de território e à perspectiva futura de atribuição de valor ao território, não mais a partir dos recursos naturais convencionais, mas segundo um processo subsequente de atualização de potencial da riqueza biológica. Por outro lado, a constituição de reservas territoriais acaba, em seu aspecto formal, representando uma

resposta à pressão do clamor ambientalista para preservação da biodiversidade.

Essas estratégias recentes tornam evidente o papel que vem desempenhando a revalorização ambiental na reconfiguração dos interesses econômicos e da territorialidade e na redefinição da própria geopolítica para a região. Com efeito, estando embutida na territorialidade a disputa pelo controle de espacialidades e de seus conteúdos, ela tem o poder de redefinir a ocupação do espaço via processo sócio-político cuja dinâmica se vincula à reconstrução dos paradigmas econômico-tecnológicos.

No processo de reconfiguração de territorialidades, o Estado se faz presente, quer no sentido de oferecer respostas políticas ao debate, hoje internacionalizado, a respeito da questão ambiental da Amazônia, quer favorecendo segmentos de interesse com maior poder de pressão no jogo de forças aí estabelecido. As intervenções do Estado, em particular com relação à demarcação das terras indígenas, têm gerado situações de conflito entre as quais ressalta a contestação dos garimpeiros que, argumentando a partir de sua percepção de territorialidade, expressam a intenção de exercer, no âmbito da revisão constitucional, poder de pressão para redução da área das reservas indígenas, em especial a dos ianomâmis, localizada entre os estados do Amazonas e Roraima, que abrigam reservas de ouro às quais ficaram privados de acesso os garimpeiros, após a referida demarcação.

O Estado, criando reservas biológicas e florestais, estabelecendo mecanismos legais de controle ambiental ou militarizando algumas situações de conflito interfere, também, na redefinição de territorialidades mostrando, contudo, em linhas gerais, formas de atuação de caráter espasmódico, o que denuncia a sua fragilização para superar, de modo efetivo, as manifestações conflitivas ligadas ao embate de forças sociais portadoras de territorialidades específicas.

Cabe, nesse sentido, trazer à reflexão que se a redefinição econômico-tecnológica ocorrida nas últimas décadas, criou, na Amazônia Legal, novas territorialidades, rediferenciando esse segmento do espaço nacional, não se constituiu, contudo, em instrumento de incorporação da população

local a patamares superiores de retenção da renda gerada na Região.

Ao contrário, as formas contemporâneas de organização social, por seus mecanismos de excludência, agravaram o quadro ambiental, aqui incluída a sua dimensão social, o que deixa evidente que as ações programadas para o desenvolvimento da Amazônia não atenderam à efetiva promoção do desenvolvimento regional. As contradições geradas no âmbito desse processo e as tensões que expressam o decorrente confronto de territorialidades lançam desafios à gestão daquela Região.

Nessa perspectiva, o desenho de um projeto para Região deve necessariamente contemplar as vias de solução da crise ambiental entendida como quadro de tensões e conflitos decorrentes do embate de territorialidades. As contradições hoje postas e as profundas desigualdades no jogo das forças sociais identificáveis, sendo entendidas não tanto pelos resultados desiguais, mas pelo acesso desigual às oportunidades fundamentais, demandam, em consequência, um projeto que detenha o processo de exclusão social e que resgate a cidadania a partir da participação ampla dos diferentes segmentos de interesse nos rumos da evolução regional.

Ainda nessa perspectiva, o respeito ao equilíbrio ecológico que, ao mesmo tempo preveja o uso racional das riquezas com vistas à promoção da melhoria da qualidade de vida da população constitui diretriz essencial a um projeto para a Região que se oriente para a conquista da dignidade das condições de existência dos diferentes segmentos populacionais, o que, historicamente, tem sido negado.

Com efeito, uma nova ética de regulação das relações sociedade/natureza teria de ser perseguida por se constituir num dos maiores desafios da própria sociedade contemporânea, dada a dificuldade de transpor as contradições colocadas pela aspiração a um meio ambiente comum em confronto com a realidade de progresso técnico associado ao desenvolvimento capitalista apoiado na apropriação privada de recursos. Um esquema alternativo das formas de regulação social, econômica e institucional não se coloca dissociadamente da existência de um real projeto político que transcenda o âmbito nacional e que contemple toda a complexidade envolvida

nas novas formas de apropriação do espaço e de construção de novas territorialidades.

Identificada a complexidade das formas recentes de apropriação do espaço na Amazônia Legal e evidenciado o seu caráter de inserção em esquemas globalizantes, fica, também, reconhecida a dificuldade de desenhar ações concertadas com vistas à solução da questão ambiental, expressão contemporânea da problemática amazônica.

Vale, contudo, chamar a atenção para o fato de que, embora o planejamento oficial ainda se encontre muito concentrado nas questões macroeconômicas, já se constata, na década de 90, a revalorização do espaço, expressa na retomada do planejamento com estratégias espaciais bem definidas, da qual fazem parte as etapas preliminares em processamento, referentes à elaboração de diagnósticos ambientais, de zoneamentos ecológico-econômicos e de redefinição da logística de fluxos de diferentes naturezas e dos elementos fixos presentes no território. A intenção do governo federal de criação do Conselho Nacional da Amazônia para definição de uma política integrada para a região é indicativa da abertura de possibilidades de ações efetivamente planejadas para a superação dos problemas hoje postos.

Coloca-se, nesse sentido, outro desafio, qual seja o de encontrar o equilíbrio adequado entre o planejamento oficial e o privado, o que, sem dúvida, tem a ver mais com as determinações históricas do que com componentes estritamente ideológicos. Formas modernas de gestão do território são representadas pela articulação do planejamento oficial e empresarial, pautando-se por concepções de estruturas programadas que vêm dando o sentido à dinâmica social contemporânea.

Essas formas de gestão, articuladoras da ação oficial e empresarial, devem, necessariamente, incorporar a noção de que a revalorização ambiental e as perspectivas colocadas pela criação de novos espaços de acumulação associados à pesquisa e à exploração da biodiversidade amazônica constituem-se em elementos balizadores, tanto da reflexão, quanto da intervenção territorial pelo potencial que encerram de ampliação do quadro de confronto de terri-

torialidades e de estreitamento do horizonte de persistência das formas convencionais de ocupação e uso do espaço regional.

Importa, também, ressaltar que o desafio de um projeto que contemple formas de gestão territorial preservadoras do patrimônio ambiental e, ao mesmo tempo, promotoras do desenvolvimento social, encadeia-se com desafios atualmente polarizadores da sociedade brasileira, quais sejam os de redefinição do Estado, de equacionamento da questão federativa e de desenho de um projeto geopolítico que incorpore as contradições decorrentes do anterior e que atenda à eliminação das condições geradoras da assimetria social, hoje característica do País.

No contexto de um Estado fragilizado, tanto pelos mecanismos de descentralização recentemente definidos, quanto pela fragmentação territorial, quer com a criação de novas Unidades Federadas, quer com a construção de territorialidades que se articulam, direta mas não exclusivamente, a instâncias transnacionais, um projeto nacional de gestão do território deve se ater, essencialmente, às linhas gerais de desenvolvimento definidas para a sociedade brasileira, prevendo os desdobramentos específicos às dinâmicas regionais reguladoras das atividades dominantes e construtoras de realidades socioespaciais específicas.

Nessa perspectiva e tendo como referência um novo pacto federativo, parece importante não tanto negar formas de gestão centradas nos projetos em nível de Unidades Federadas, mas incorporá-las num arranjo que se pretenda nacionalmente articulador das autonomias hoje postas e não aprofundador da fragilização do Estado, em meio a um esquema competitivo forte pelo controle do território.

São os níveis mais desagregados de um projeto de gestão - os de âmbito dos Estados da Federação e os de circunscrição local - que contemplam a instância das ações territoriais definidas com base na participação da sociedade local em seus diferentes segmentos de interesse. Em muitos aspectos, a formulação concertada de ações de intervenção pode vir a se constituir em um projeto alternativo de organização e condução social, desde que seja a resultante de um processo de luta para a solução das

grandes questões ambientais, significando, ao mesmo tempo, um processo de conquista de relações sociais democráticas e de novos parâmetros direcionadores das relações sociedade/natureza. De qualquer modo, um esquema de parceria representado pelos diferentes agentes modeladores da realidade social, ao incorporar, tanto a diversidade das relações de controle do território, quanto a variedade das forças culturais e criativas em jogo pode significar um novo fundamento para a ação planejada, por trazer implícito o controle da sociedade sobre as opções tecno-econômicas mais convenientes ao desenvolvimento social.

As especificidades da Amazônia que afluem, contudo, para configurar um quadro de complexidade para o desenho de um projeto de gestão territorial passam não só pelas territorialidades diretamente articuladas com o espaço transnacional como, também, pela vinculação das forças locais a movimentos sociais globalmente expressos, apoiados por grandes potências, organismos financeiros transnacionais e entidades ambientalistas, como ainda, pelo fato de a Amazônia ter se erigido a partir do debate mundial, em campo de luta para superação dos desafios ecológicos contemporaneamente colocados para a humanidade.

Desse modo, o desafio seria o de definir novas formas de gestão voltadas para a complexidade da organização territorial amazônica e para a problemática dela decorrente, tendo em conta a diversidade ecológica e sócio-cultural articuladamente aos elementos fixos incorporados ao território em diferentes momentos do processo de estruturação espacial, no sentido de gerar novas realidades que prevejam o uso racional das riquezas regionais e a elevação das condições de existência a patamares superiores, tendo como referência maior as especificidades decorrentes da globalização do espaço nacional e da Amazônia, em particular.

Considerar os efeitos diretos da globalização do espaço na Amazônia significa priorizar, na perspectiva das ações reordenadoras, a malha das territorialidades que se consolidou ao longo do processo recente de afirmação do controle e do poder sobre o território, por parte de expressivas forças sociais. Por essa via, reafirma-se a importância de a definição de novas formas de gestão territorial ter de se reportar, em especial, à natureza das territorialidades em jogo para a necessária adequação das formas de intervenção às características específicas das identidades de base territorial.

BIBLIOGRAFIA

- AJARA, Cesar. *Algumas reflexões acerca do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal: a área Xingu-Iriri, no Estado do Pará*. Comunicação apresentada no FOREST'90. Manaus. 1990.
- _____. *A dimensão tecnológica na organização do território*. In: GEOGRAFIA E QUESTÃO AMBIENTAL. Rio de Janeiro, IBGE, p. 133 - 149, 1993.
- _____. *A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental*. In: GEOGRAFIA E QUESTÃO AMBIENTAL. Rio de Janeiro. IBGE, p. 9 - 11, 1993.
- _____. *Reflexos da Urbanização no Brasil*. Conferência proferida em 04/10/93 no Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, ADESG. Brasília, DF.
- _____. *A questão ambiental na Amazônia Legal: um foco sobre o confronto de territorialidades*. Comunicação apresentada à Mesa Redonda Amazônia. X Congresso Brasileiro dos Economistas, novembro, 1993 (inédito).
- _____. et al. *O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira*. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, Rio de Janeiro 53 (4): p. 5 - 48, out./dez. 1991.
- _____. et al. *Dynamiques du territoire: la population et les activités économiques*. In: PROBLEMES D'AMERIQUE LATINE. Spécial BRÉSIL. Paris, N° 9, abr./jun., 1993.

- BECKER, Bertha K. *Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia - um poder territorial*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 52 (4): p. 117 - 126, out./dez. 1990.
- _____. *Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI - uma representação a partir do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, v.53 (3): p.169 - 182, jul./set. 1991.
- _____. *A Amazônia pós ECO-92: Por um desenvolvimento regional responsável*. In: "PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL". São Paulo, Ed. Brasiliense. 161 p. p.129 - 143, 1993.
- BOTELHO, Vera L. *Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia e populações locais: o caso dos pequenos produtores rurais*. In: "ECOLOGIA, CIÊNCIA E POLÍTICA", Rio de Janeiro, REVAN. p. 105-120, 1992.
- CASTRO, Edna M. R., MARIM, Rosa E. A. *Amazônia Oriental: territorialidade e meio ambiente*. In: "REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO BRASIL". São Paulo, HUCITEC. 205, p. 121 - 148, 1993.
- DOWBOR, Ladislau. *Descentralização e Meio Ambiente*. In: "PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL". São Paulo, Brasiliense. 161p., p. 103 - 112, 1993.
- FIGUEIREDO, Adma H. *As formas de intervenção pública na apropriação e uso do espaço amazônico*. Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro. IBGE, p. 137 - 149, 1993.
- _____. *Extrativismo vegetal: alternativa sustentável ou fator de instabilidade na Amazônia Brasileira?* Cadernos de Geociências, Rio de Janeiro, IBGE, nº 10, p. 107 - 108, jan. 1994. (comentários)
- _____. AJARA, Cesar. *Uma visão geográfica acerca da questão ambiental*. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, v. 52 (3): p.91 - 97, jul./set. 1990.
- HEBETE, Jean (org.). *O cerco está se fechando - o impacto do grande capital na Amazônia*. Rio de Janeiro, Vozes/FASE/NAEA. p. 347. , 1991.
- LAVINAS, Lena. *Requalificando conceitos: quimera ou inovação?* In: "REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO BRASIL". São Paulo, HUCITEC. 205 p., p. 11 - 18, 1993.
- MESQUITA, Olindina V., SILVA, Solange Tietzmann. *Agricultura: a urgência de uma reordenação*. Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, IBGE, p. 115 - 132, 1993.
- SADER, Emir. *A ecologia será política ou não será?*. In: "ECOLOGIA, CIÊNCIA E POLÍTICA". Rio de Janeiro, REVAN. p. 135 - 142, 1992.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, HUCITEC. 157p., 1993.
- TAULI, J. Ricardo. *Estado e Desenvolvimento Capitalista - propostas para um projeto contemporâneo*. In: "1991 - IDÉIAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA À CRISE BRASILEIRA". Rio de Janeiro: RELUME DUMARÁ. 195 p., p. 171 - 195, 1993.

RESUMO

Este ensaio traz a proposta de entender a questão ambiental a partir da apreensão do processo de construção de territorialidades que seria, ao mesmo tempo, a chave para a formulação de ações de reordenação espacial com vistas à superação da problemática ambiental/regional.

Focaliza, inicialmente, a importância da compreensão da questão ambiental com base na abordagem de processos e formas de organização do espaço geográfico. Para situar a reflexão, toma como objeto de consideração, a Amazônia Legal na qual a questão ambiental é o traço contemporâneo da problemática regional.

Analisa, a seguir, a reestruturação espacial na fronteira amazônica, conferindo ênfase às novas formas de apropriação do espaço que são, ao mesmo tempo, os caminhos de construção de territorialidades ou do efetivo exercício de relações de poder no território. Chama a atenção para a revalorização do ambiente associada à reelaboração do valor atribuído à natureza, no âmbito da qual a biodiversidade característica da Amazônia acena com novos espaços de acumulação que vão influenciar na dinâmica das territorialidades.

Trata, ainda, da urbanização acelerada da fronteira enquanto movimento integrador dos processos sociais e da organização produtiva e que tem como uma das expressões demográficas a elevada concentração populacional nas cidades. Ressalta a questão do urbano como manifestação de grandes contrastes sociais e de conflito latente, sintetizando a crise ambiental contemporânea.

Finalmente, são explicitados os desafios à definição de novas formas de gestão do território na Amazônia Legal. A malha constituída pelas territorialidades, associada à dinâmica da revalorização ambiental é a área nuclear da problemática ambiental e, ao mesmo tempo, a rota de orientação para ações de intervenção territorial que, referenciada a um novo projeto geopolítico, possa servir à preservação do patrimônio ambiental e à promoção do desenvolvimento social.

ABSTRACT

The present essay brings up a view over environmental question which takes territoriality construction as the key for the definition of actions on spatial re-ordenation as a way to overcome environmental/regional problems.

Initially it focuses the very importance of understanding environmental question based upon the approach of processes and forms of geographic space organization. Legal Amazon - region in which, as a matter of fact, environmental question is a contemporary outstanding point in regional problems - consists the object of study.

Subsequently this work analyses spatial re-structuration in Amazon frontier, emphasizing new forms of territory appropriation which are at the same time, the means of territoriality construction and effective power relations in territory. It also focuses environment re-valuation associated to re-elaboration of nature value. Within such a sphere, Amazon bio-diversity brings up new accumulation spaces which happen to influence territoriality dynamics.

It also deals with rapid frontier's urbanization as means of integration of social processes and producing organization, having its demographic expression in high concentration of population in the cities. Urban question as an expression of high social contrasts and conflicts is also reported, as a synthesis of contemporary environment crisis.

It finally explains the challenges represented by definition of new territory management forms in Legal Amazon. The network constituted by territorialities associated to dynamics of environment re-valuation happens to be the nucleus area of environment question and, at the same time, the orientation route for the actions of territory intervention which, relating to a new geo-political project, may be useful to preservation of environmental patrimony as well to promoting of social development.